



LISBON
INTERNATIONAL PRESS



www.lisboninternationalpress.com

Conhecimento de Lisboa para o Mundo...

Rua de Cascais, 57, Alcântara – 1300-260 Lisboa, **Portugal**

Conjunto Nacional, cjs. 2113, 2114 e 2115, Avenida Paulista 2073,
Edifício Horsa 1, CEP 01311-300 São Paulo, **Brasil**

Todos os direitos estão reservados e protegidos por lei. Nenhuma parte deste livro,
sem autorização prévia por escrito da Lisbon International Press, poderá ser reproduzida
ou transmitida de qualquer forma.

Obra disponível para venda corporativa e/ou personalizada. Para mais informações contacte:
comercial@lisboninternationalpress.com

Para informações sobre envio de originais contacte: originais@lisboninternational.com



LISBON INTERNATIONAL PRESS é uma Editora do Grupo Editorial Atlântico

© 2021, Virgílio Miguel Machado e Lisbon Press
E-mail: geral@lisboninternationalpress.com

Título: Portugal geopolítico: História de uma identidade
Editor: Rita Costa
Coordenador Editorial: Bruno Cantanhede
Capa: Bruno Cantanhede
Composição Gráfica: António Afonso
Revisão: Anabela Pinto

1.ª Edição: xxxxxxxxxx, 2021
ISBN: xxxxxxxxxx | **Depósito Legal n.º** xxxxxxxxxx
Impressão e acabamento: Atlântico Print

VIRGÍLIO MIGUEL MACHADO

PORTUGAL GEOPOLÍTICO: HISTÓRIA DE UMA IDENTIDADE

LISBON
INTERNATIONAL PRESS

Índice

Prefácio	9
I INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Plano da Obra. Uma História sem Descobrimentos?.....	23
II PRIMÓRDIOS	41
III FUNDAÇÃO	73
IV MAIORIDADE.....	103
V CONCLUSÃO.	133
5.1. A identidade. Hibridismo e práticas plurais.	133
5.2. Língua Portuguesa. Um instrumento de identidade geopolítica.	140
5.3. A dignidade. Guerra, diplomacia e elites.	147
5.4. Alcobaça. Um símbolo da identidade geopolítica portuguesa.	155
VI EPÍLOGO.O QUE PODEMOS APRENDER COM A IDENTIDADE GEOPOLÍTICA PORTUGUESA?	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	177

Índice de figuras

Figuras	Imagens e significados	Página
1	Festa dos Caretos, Podence, Trás-os-Montes. Os bandos.	47
2	Necrópole de Alcalar, Portimão. As tribos.	53
3	Monumento a Viriato, Viseu. Tribos contra um Império.	58
4	Tábua de Vipasca, Aljustrel. O despertar do Direito escrito.	69
5	A primeira bandeira de Portugal. Um reino apoiado na cruz de Cristo.	88
6	A mulher: identidade no património e símbolo de Portugal.	92
7	Cruzadas e Portugal. Território de suporte numa Rota.	97
8	Padrão do Salado. O primeiro monumento diplomático português.	122
9	A batalha de Aljubarrota. A vitória da geopolítica atlântica.	130
10	Sala dos Reis, Mosteiro de Alcobaça. Apologia católica internacional ao reino de Portugal.	158
11	Nave Central, Mosteiro de Alcobaça. Símbolo espiritual a uma geopolítica de paz.	160
12	Mosteiro de Alcobaça (vista aérea). Homogeneidade, pluralismo e hibridismo português.	161
13	Coutos de Alcobaça. Enclave formador histórico na identidade geopolítica portuguesa.	165
14	Mapa-Planisfério de Cantino. Uma história de identidade geopolítica portuguesa no mundo.	170

Prefácio

Um ditado que se popularizou no período da expansão colonial, e que mais tarde foi recuperado pela emigração, diz que «*um gato que nasce no forno não é um biscoito*».

É compreensível que as pessoas que abandonaram a pátria para se estabelecerem em terras longínquas, em ambientes que, na maior parte dos casos, lhe são completamente estranhos, tanto no plano físico, como cultural, sintam a necessidade de valorizar as suas raízes, e procurem conservar a sua identidade de origem, transmitindo-a, na medida do possível, aos seus descendentes. Mas todos sabemos que essa intenção não corresponde à realidade da vivência de colonos ou emigrantes que, num curto espaço de tempo, normalmente inferior a uma geração, criam uma nova identidade, incorporando nela os elementos mais marcantes do seu novo habitat, muitas vezes, até, diluindo o essencial da sua identidade originária na nova identidade local. É assim que, ainda no século XIX, nos referíamos aos emigrantes no Brasil como os “brasileiros” ou, no século passado, aos emigrantes em França como os “franceses”.

Eu falo, aliás, com a experiência própria de quem, tendo nascido brasileiro, muito cedo se radicou em Portugal e se adaptou ao seu novo contexto geográfico e cultural, sendo hoje, sem renegar a sua herança genética, e o lastro emocional que lhe é inerente, muito mais o produto do seu país de acolhimento do que do seu país de origem. Mesmo se, no meu caso, isso também possa ser visto como uma espécie de regresso às minhas origens mais remotas.

Vem isto a propósito da centralidade que é dada nesta obra ao território, e ao papel que o mesmo desempenhou ao longo dos tempos na construção da identidade nacional do Estado, de que ele, aliás, é um elemento prévio e indispensável. Tal como as pessoas, os povos também se definem pelo seu contexto geográfico.

A reflexão que o autor nos propõe neste seu ensaio de história política portuguesa, ou de história das origens da identidade geopolítica portuguesa, como o próprio prefere qualificar, tem, por isso, a originalidade de colocar a geografia no centro da narrativa histórica.

Ao contrário daquilo que é habitual nas abordagens clássicas, o protagonista desta história não é o povo português, enquanto ente coletivo, nem nenhum dos seus personagens mais célebres, individualmente considerados, mas antes o território a que os mesmos se vincularam e sobre o qual exercem a sua ação política e individual. Com isso se procura demonstrar — e creio que de forma plenamente conseguida — que a identidade coletiva de um povo, tal como a nossa identidade pessoal, é essencialmente — embora não exclusivamente — determinada pela nossa relação de pertença a um determinado lugar.

Na busca dessa identidade, o autor conduz-nos ao longo do texto pelos sucessivos ciclos da ocupação do território

português, desde os primórdios do povoamento da Península Ibérica por bandos e tribos, passando pelos períodos de dominação romana, visigótica e muçulmana, até à fundação da nacionalidade e a criação do Estado moderno. Nesse percurso, mais do que narrar acontecimentos, e colecionar datas, procura identificar os modos de ocupação do território português pelos diferentes povos que estão na génese da formação da nacionalidade, dando, inclusive, maior ênfase à forma como essa ocupação foi condicionada pela geografia do território, e como os diferentes povos se adaptaram a ele, do que propriamente à definição da marca genética deixada por cada um daqueles povos na nossa identidade coletiva.

Não posso também deixar de assinalar, pela afinidade que o argumento tem com os meus interesses académicos, a preocupação que, nesse percurso, o autor revela em, a par e passo com a descrição dos ciclos da sua ocupação coletiva, proceder à identificação dos modos de apropriação privada do território, bem como em explicar a relevância que os correspondentes regimes de propriedade tiveram na construção da identidade geopolítica portuguesa. Afinal, o território não é apenas o espaço de afirmação política do Estado, é também o espaço onde se exercem os direitos individuais dos seus cidadãos, incluindo, nesse catálogo, os direitos que os mesmos exercem sobre o próprio espaço que ocupam.

É no detalhe dessa análise que o jurista Virgílio Miguel Machado se sobressai ao historiador, ao geógrafo e ao politólogo. Diga-se, com vantagem para o leitor, pois conheço o Virgílio desde os bancos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e com ele me tenho cruzado na vida académica, e posso afiançar o rigor que põe na análise de todas as questões — não apenas as jurídicas — com que é confrontado.

Creio, aliás, que a receita do sucesso deste livro está, precisamente, no cruzamento desse rigor analítico com a paixão com que ele se atreve a olhar para a realidade sob outras perspectivas, que embora estranhas à sua formação académica de base, são indispensáveis à compreensão do mundo que o rodeia e, por isso, também, da sua própria identidade.

Claudio Monteiro

Juiz no Supremo Tribunal Administrativo
Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

Quinta do Anjo, 27 de Março de 2021

I INTRODUÇÃO.

Identidade política e identidade nacional. Os contextos geográficos e institucionais. As pautas das organizações coletivas na história. Plano geral da obra. Delimitação no tempo histórico. Identidade geopolítica portuguesa e seu valor. Os Descobrimentos. A rejeição de uma visão emancipadora e universal.

Ir ao fundo da nossa identidade implica esgravatar a relevância das próprias raízes. Se um bosque tem árvores e se estas têm os seus ramos e troncos, um exercício identitário nos convoca. E perguntamos: a que árvore pertencemos no bosque ou na floresta? Que ramo nos identifica? Que tronco nos suporta? Afinal, somos ainda parte de um todo que nos forma. Desde a raiz ao fruto. Pense geopolítica como raiz de uma árvore e seu fruto como Portugal. Ajudá-lo-á a descobrir o sentido desta obra.

Identidade exige uma introspeção, um olhar profundo e distintivo. E os questionamentos disparam. Quem são os portugueses? Que identidade têm no mundo? O que é isto de identidade política? Será mais um subjetivismo? Uma nar-

rativa de legitimação? Uma espécie de liberdade coletiva? Temos ou tivemos alguma vantagem geográfica no mundo? Ela confere-nos ou conferiu-nos alguma capacidade de instituímos ordem política autónoma e/ ou soberana?

Repleta de elementos e significados, a identidade política implica percorrer sobre esse país que somos, explicando uma natureza não arbitrária e, pelo contrário, uma ordem valorizada na relação de um coletivo com um território. Como algo que legitima estruturas de poder. Como projeto que dá coesão a esse coletivo. Como resistência de um coletivo contra outros coletivos. Todos estes significados são elementos decisivos, envolvidos nessa discussão. Com propriedade, a geopolítica é o fator decisivo que nos faz explicar e entender como o mundo formou Portugal. E como emergiu como ordem política.

Geopolítica contém algo de afirmação totémica sobre um território. Na apropriação de um espaço, na definição de uma fronteira com o Outro, na aceitação de uma responsabilidade coletiva sobre esse território, com valores intrínsecos (por exemplo, a autonomia ou a independência), mas, essencialmente, operacionais, contextuais, que respondem a necessidades humanas tidas como vitais e consensuais (por exemplo, sobrevivência, segurança, justiça), que convocam organizações políticas, incluindo, em interação com outras identidades coletivas, para a sua legitimidade e resolução. Falaremos, assim, de identidade geopolítica.

A identidade geopolítica aproxima-se de uma identidade nacional, não se confundindo, todavia, com esta. Fontes de identidade nacional, como a língua, a cultura e tradições ou modos de vida podem não se identificar com a identidade geopolítica: aquelas não explicam a cola, a união pela qual

se luta por uma independência nacional, um reconhecimento de valor perante terceiros e a aceitação de sacrifícios pessoais por uma causa coletiva.

Visualizamos a identidade geopolítica como um edifício caracterizado com muita robustez. Importa a permanência, a integração, a memória. Ainda que os usos possam ser diferenciados no tempo, a forma mantém-se. As fundações, vigas e pilares residem numa acumulação relacional com o mundo de vestígios passados. O cimento que mantém a união é a vida percebida no interior do edifício em que pessoas, bens, serviços, informações e ideias circulam e tornam valiosa e vital a existência do edifício. Seguindo Augé¹, este edifício será um lugar, um espaço de identidade, relacional e histórico. O edifício pode ser uma árvore com um determinado valor num bosque.

Fontes de identidade geopolítica podem ser comparações, com o mundo percebido e/ou real, de vantagens ou limitações geográficas ou de recursos, materiais ou de população e aspirações coletivas institucionais. Ou ainda geradas por ameaças provocadas por vizinhos comparativamente mais fortes nesses recursos, com que se partilham exclusivamente fronteiras políticas. Ou vantagens em situações inversas.

Tudo são fatores que dependem de estudo e que devem ter um contexto estrutural, relacional e contextual no mundo para a sua explicação. Implicam uma análise histórica. E política. Esta é uma viagem que recua às origens, uma exploração, onde o sentido ou caminho, o destino ou a meta são apenas um: a explicação de uma identidade coletiva. Uma história torna-se História. Simultaneamente, particular, mas

¹ Augé, M. (1994). *Não Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand Editora.

fazendo parte umbilical de uma mais vasta: a universal, em que manifestações da acção de governo dos povos se fazem sobre pautas, sinais e explicações comuns.

Com efeito, esta não pretende ser uma História de Portugal. Antes uma história das origens da identidade geopolítica portuguesa. Como se fundou e edificou enquanto ordem política. Num contexto sempre relacional com o mundo. Esta é, pois, uma viagem diferente das geralmente retratadas nos manuais da História de Portugal. Esta geralmente cresce com factos, acontecimentos que acrescentam valor ao tempo histórico. Incide mais sobre os últimos séculos e pouco intensamente nos milénios.

Cavar fundo no reconhecimento de uma identidade implica, pelo contrário, viajar ao passado, aos pilares, à descoberta de características estruturantes de um território tão mundial, como local, tão longínquo, quanto atual, tão inusitado, mas onde continuamos a rever-nos. É sentir que modos de agir, enquanto coletivo, fazem parte de um mundo histórico já manifestado, em que factos e acontecimentos se justificam, adaptados a contextos locais.

É ainda investir na aprendizagem no hoje que somos. Porque já teve padrões do passado, porque inscrito num contexto geopolítico tão global, quanto aplicado a um território que vamos dar valor, porque sentimo-lo como local, como nossa pertença.

Qual o significado disto? Que importância para os portugueses? Em particular, para os jovens, fonte de minha preocupação, enquanto pai e docente no ensino superior. Visualizar a identidade geopolítica como um edifício é proporcionar fontes de aprendizagem para uma melhor sustentabilidade da nossa vida coletiva. Explicando, permite-nos ler melhor

o valor político dos espaços públicos, enquanto objetos distintivos (legibilidade), enquanto estruturas (relacionalidade) na relação com outros espaços públicos, de valor local e universal e ainda como significado histórico (referencialidade).

Por exemplo, que semelhanças políticas poderão ser encontradas entre monumentos nacionais como a Citânia de Briteiros, em Guimarães, e a necrópole de Alcalar, em Portimão? Separadas por cerca de um milénio, têm semelhanças com monumentos de valor universal? Ou de outra forma, poderá a identidade de conjuntos urbanos, como a Universidade Velha de Coimbra e a Baixa Pombalina, em Lisboa, ter uma legibilidade política comum? E da Baixa Pombalina com o centro histórico do Rio de Janeiro?² Enquanto partes de um sentido universal? Ainda que alguns séculos as separem? Ou milhares de quilómetros entre oceanos?

E os questionamentos disparam. Ainda, que significado político comum pode ter estátuas como a do vice-rei Afonso de Albuquerque, em Belém, Lisboa, em frente à atual residência oficial do Presidente da República, ou a do rei D. João IV em Vila Viçosa, defronte do palácio que foi outrora residência de verão da família real portuguesa? A formação da identidade geopolítica portuguesa ajuda a compreender, enquanto estrutura, edifício, a legibilidade, a relacionalidade e a referencialidade política destes lugares, ainda que separados na sua edificação por séculos, usos distintos ao longo do tempo e significados políticos diversos consoante as épocas.

É nessa moldura que nos inserimos. E não descartamos a ciência. Em especial, a ciência política. Com incidência na

² Sobre esta temática, ver Machado, V. M., Henriques, C. H. (2020). *Turismo e património mundial Rio de Janeiro-Lisboa: regularidades urbanas num império comercial* in Turismo & História [e-book]: Perspectivas sobre o património da humanidade no espaço ibero-americano. pp.387-413. Caxias do Sul, RS: Educs.

História. Neste milénio, os estudos de Jones e Olken (cit. por Diamond³, pp.473-478), sobre liderança política, motivam-nos: em especial, na recolha de “experiências naturais da História”, ou seja, resultantes de comparações de trajetórias históricas em que os resultados, atenta uma expressiva amostra de um certo número de factos ou acontecimentos, tenderam a uma determinada repetição ou padronização, rejeitando-se estas em função de outros acontecimentos aleatórios.

Afinal, Portugal, antes de ser unidade política, foi sempre um território situado na beira do mar. Precisamente, na periferia Sudoeste de um continente. A sua localização não lhe conferia, à partida, qualquer posição privilegiada na fixação de pessoas ou coração de rota para o comércio, indutora de tecnologia e cultura. Também não lhe concedia um estatuto de território cobijado e de invasões hostis.

É possível que o mar fosse primeiro pensado como terra, ou seja, enquanto fonte de recursos e subsistência alimentar. Necessitando de ser apaziguado. Praias, enseadas, lagoas e sapais onde vida marinha permitia fonte de subsistência alimentar seriam privilegiados. Formas de organização coletiva mais sedentarizadas seriam necessários para satisfação destas necessidades.

Por sua vez, pensar a terra como água ou mar implica vê-los como caminho, meio de transporte. Aí não sendo possível lavrá-los ou explorá-los. Condições que convidam ao nomadismo, à itinerância, ao movimento, com vários objetivos: predação ou saque ou ainda procura de fontes mais vantajosas de subsistência alimentar alternativas pela caça,

³ Diamond, J. (2019). *Como se renovam as nações-Crises, Escolhas e Mudança*. Lisboa: Bertrand Editora.

pesca ou recolção. Com talento, podem-se contactar outros grupos e, em condições de troca e reciprocidade, fazer comércio. Equiparamos os nossos recursos a mercadorias. Pode ser portador de vantagens. Mas também se está exposto a perigos advenientes de migrações populacionais hostis ou operações de predação e saque.

Estes são referenciais universais que nos ajudam a perceber sinais, padrões das nossas tecnologias de organização social, incluindo as políticas. Na verdade, agir no mar ou na água, enquanto terra ou, ao invés, na terra enquanto mar, tem consequências políticas. A prevalência da primeira aceção convoca necessidades de sedentarização, tecnologia e controlo. Ou seja, a de explorar a água ou mesmo o mar enquanto recursos. Talvez a mecanização chegue aqui primeiro se não tivermos alternativas.

Na segunda aceção, o território político é mais fluido e móvel. A itinerância da mercadoria depende de reconhecimento por terceiros do seu valor de troca. E a busca incessante de novos terceiros para aumentar o seu valor torna-se uma constante. Aqui, as orientações geopolíticas privilegiam o transporte, a comunicação e o comércio.

Portugal tem um relevo, uma vegetação e um clima que conheceu poucas variações significativas nos últimos milénios. A agricultura não é fértil em muitas partes do território, não proporcionando grandes extensões produtivas. Não são muitas as planícies e vales disponíveis para aquela. Nestes se insinua, em regra, um relevo ondulado e pedregoso. O bosque e a floresta dispõem de melhores condições.

A policultura agroflorestal, a caça, a pastorícia caracterizam muito da ruralidade portuguesa. Alguns planaltos ou peneplanaltos propícios a esta última assinalam transições

suaves entre montanha não muito acentuada e vale pouco profundo permitindo modos de vida agro-pastoris, híbridos e de recoleção, abrindo o caminho a práticas plurais de sobrevivência, onde a troca, a reciprocidade e costumes locais definem modos de vida biológicos e políticos. O mundo urbano terá outras matrizes.

Nestas, a proximidade com os rios terá relevante influência. Os rios mais importantes desaguam no Oceano Atlântico. Os maiores e geralmente mais navegáveis nascem no interior da Península Ibérica. E correm predominantemente num sentido Este-Oeste até à foz. Acompanhando o movimento do sol. Estas condições geográficas de movimento proporcionam condições para uma identidade geopolítica urbana portuguesa dominante e diferenciada, porventura pouco estudada, mas que nos propomos explorar, explicando, inclusive, as origens da trajetória política revelada nos últimos séculos com os Descobrimentos e a denominada expansão colonial portuguesa.

Por sua vez, as migrações populacionais para este território não registam grandes intensidades, porventura, explicadas pelas dificuldades agrícolas ou pela percepção de uma periferia euro-asiática ou norte-africana que encontrava no mar Atlântico o seu limite ou barreira, obrigando, em regra, a maior esforço de deslocação.

O território português foi, e ainda é, porta de entrada acessível para quem vem ou vinha do mar. Em especial, quando as tecnologias de navegação marítima o permitiram. Aí as periferias encurtam-se. O território torna-se potencial eixo nas ligações marítimas. O Norte Atlântico e o Sul Mediterrâneo seriam alvos. O valor do eixo marítimo aumentaria se os oceanos pudessem ser navegados, mais além entre Oci-

dente e Oriente, como último ponto de partida ou primeiro de chegada.

Temos tecnologia e conhecimento para o fazer? Implicamos proveito reconhecido como muito funcional por terceiros? Somos dignos? Somos valiosos? Somos úteis? Bem-vindos ao mundo da geopolítica. Nesta, a identidade, mais do que um ser, se molda por um saber fazer, mais do que uma descrição de uma definição étnica, é uma qualidade que pode ser adquirida.

Uma das mais célebres personalidades da História de Portugal, Henrique, o Navegador, que se saiba nunca foi mestre na arte de marear, mas ajudou, em muito, Portugal, enquanto político, diplomata e financiador, entre outras qualidades, na caracterização de Portugal enquanto potência geopolítica marítima e europeia no século XV. Que melhor definição para a sua identidade geopolítica?

Mas, nesta área do saber, há que ter em conta limitações várias: por exemplo, ter um vizinho político, com mais população, território e recursos naturais, com o qual se partilham exclusivamente fronteiras terrestres, tudo constitui ameaça comparativa à autonomia e soberania política do país mais pequeno. A História provaria e comprovaria, em Portugal, que essa ameaça seria real e efetiva, crescendo, então, valor ao mar na procura de recursos, aliados e identidade geopolítica.

A identidade geopolítica é construída na geografia e no tempo. Pode ter um valor intrínseco. Uma alma própria. Vamos discorrer sobre ela. E procurar reconhecê-la. Dúvidas se levantam. Que identidade política tem Portugal? Como se fundou? Quem contribuiu para a sua origem? O mar, os rios, os solos, as montanhas, o clima, em suma, a geografia,

explicam-na? Como se garante que a História contada, com factos, descrições ou narrativas mais recuadas define essa identidade?

A identidade geopolítica. Um constructo num território delimitado a que, muitas vezes, se dá um nome simbólico de nação. Esse atributo é importante. Mas detalhar uma história como produto de 900 anos de organização política soberana não define uma identidade. Não recua suficientemente no tempo. Tratar o que aconteceu antes como um prólogo, uma pré-história não é estrutural. Não explica uma identidade.

Na verdade, essa pré-história tão desvalorizada é, afinal, um processo de evolução de uma geopolítica europeia que catalisa a soberania portuguesa. E não o contrário. Aquela é que proporciona o chão seminal para esta. E não o oposto. E, afinal, a ordem geopolítica portuguesa o que vai ser? Um conjunto de práticas, estruturas, coletivos que se sedimentam a partir de uma história milenar, de ritmos e pautas sobre territórios e sobre coletivos que são apreendidos e referenciados como pontos fortes de um processo de imersão e, mais tarde, reconhecimento de uma identidade que se quer distinguir e afirmar como ordem soberana.

A viagem terá mais acerto se a identidade for descrita não como um produto, mas como um processo. Não como um destino histórico-geográfico pré-determinado, mas antes como uma sequência ritmada de contextos geográficos e políticos. Não como um produto heroico de pessoas, factos ou circunstâncias fortuitas, mas como uma construção reelaborada, sucessivamente construída por grupos, ações coletivas e instituições.

Essa construção permitiu criar uma unidade, reconhecida por terceiros, que a legitimou como identidade, reconhecen-

do valor a todos os atributos geopolíticos que acompanharam a sua fundação e que conseguiram ganhar estabilidade como ordem política suficientemente autónoma e com características diferenciadas.

Insistir na História de uma identidade com menos de um milénio seria empobrecedor, o mesmo que explicar uma floresta por uma árvore, ou esta pelo seu fruto. Pretende-se, nesta digressão, ir mais além: às raízes do tempo assentes em fatores estruturais do uso da terra e do mar e de seu aproveitamento pela evolução da ação coletiva do povo que moldou essa identidade, com suas experiências vividas e partilhadas, práticas e usos reiterados no tempo que definiram normas, padrões e valores contextuais e adaptados localmente.

1.1 Plano da Obra.

Uma História sem Descobrimientos?

O plano da obra utiliza a análise geopolítica. Uma forma simplificada de transmitir que as instituições políticas, enquanto padrões de comportamento estáveis, valorizados e recorrentes que persistem no tempo e facilitam a ação social e coletiva dos seus membros (Huntington⁴), são explicados por proveniências, locais de origem, contextos geográficos que moldam nos homens ora barreiras, ora caminhos, mas também desafios, necessidades, estimulando engenhos, ideias que fundamentam práticas e organizações de poder. Todos convergem em dar-lhes uma estabilidade, um ritmo, uma pauta. E que desse contexto dependem para a sua sobrevivência.

⁴ Huntington, S.P. (1965), "Political Development and Political Decay", *World Politics*, 17(3), pp.386-430.